

O consumo e o uso na cultura de massa à luz de Hannah Arendt

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Professor colaborador do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).  

<https://dx.doi.org/10.5209/meso.96606>

Recibido: 21/06/2024 • Evaluado: 15/07/2024 • Aceptado: 12/09/2024

PT Resumo: A partir das considerações de Hannah Arendt sobre consumo e uso, o artigo pretende compreender como estes elementos desenvolveram a cultura e a sociedade de massa. De acordo com Hannah Arendt, o uso é compreendido como usufruto dos bens produzidos para compor a artificialidade do mundo e o consumo é considerado um ciclo incessante para a manutenção da espécie, sendo que este constrói alicerces para a formação da cultura e para a sociedade de massa e a fragmentação da ação política.

Palavras-chave: Consumo; Uso; Hannah Arendt; Sociedade de massa

ENG Consumption and use in mass culture in light of Hannah Arendt

Abstract: Based on Hannah Arendt's considerations about consumption and use, this article intends to understand how these elements developed mass culture and society. According to Hannah Arendt, use is understood as the enjoyment of goods produced to compose the artificiality of the world, and consumption is considered an incessant cycle for the maintenance of the species, which builds the foundation for the formation of society and mass culture and the fragmentation of political action.

Keywords: Consumption; Use; Hannah Arendt; Mass Society

ES Consumo y uso en la cultura de masa a la luz de Hannah Arendt

Resumen: Partiendo de las consideraciones de Hannah Arendt sobre el consumo y el uso, el artículo pretende comprender cómo estos elementos han desarrollado la cultura y la sociedad de masas. Según Hannah Arendt, el uso se entiende como el disfrute de los bienes producidos para maquillar la artificialidad del mundo y el consumo se considera como un ciclo incesante para el mantenimiento de la especie, que construye cimientos para la formación de la cultura y la sociedad de masas y la fragmentación de la acción política.

Palabras llave: Consumo; Usar; Hannah Arendt; Sociedad de masa

Sumario: Introdução. Metodologia. Resultados. Discussão. Conclusões. Bibliografia.

Cómo citar: Pessoa do Amaral, M. E. (2024). O consumo e o uso na cultura de massa à luz de Hannah Arendt. *Mediaciones Sociales*, 23, e-96606.

Introdução

A proposta deste artigo é desenvolver reflexões teóricas sobre consumo e uso a partir das considerações elaboradas por Hannah Arendt e, assim, alargar reflexões epistemológicas sobre essas práticas aos estudos em comunicação, principalmente sobre cultura e sociedade de massa. O pensamento de Arendt permeia de modo marcante os estudos da filosofia e, em especial, da filosofia política, além de estudos que dialogam com a história e a formação dos regimes totalitários da Europa (Arendt, 2013) que ocorreram na primeira metade do século XX. Uma outra contribuição de Arendt é a ideia de banalidade do banal (Arendt, 1999) que reconfigurou o pensamento ocidental da filosofia sobre a incidência e prosperidade do mal por pessoas comuns.

Por outro lado, Hannah Arendt não realizou pesquisas propriamente ditas em comunicação, todavia ela reconheceu os processos de comunicação como fundamentais para o desenvolvimento da ação política (Arendt, 2016) enquanto método para estabelecer diálogos e garantir (Arendt, 1998), assim, a pluralidade de discursos e representações no espaço público, sem perder de vista a liberdade dos seres humanos. Arendt (2001) desenvolveu a ideia da prosperidade da sociedade de massa enquanto organismo como resultado da atomização de sujeitos e das práticas de consumo. Destarte, o surgimento da sociedade de massa promoveu a fragmentação do espaço público e da ação política. O entendimento de Hannah Arendt sobre política é um dos caminhos essenciais para compreender grande parte das suas reflexões, dentre elas as relações sobre consumo e uso. Para a autora, o consumo é o movimento que atende às necessidades e demandas da vida metabólica e constrói alicerces para o desenvolvimento da sociedade de massa, enquanto o uso é compreendido como a produção e o usufruto da artificialidade produzida no mundo pelas mãos dos homens sendo que os produtos fabricados apresentam permanência no tempo, ou seja, são dotados de durabilidade.

Desse modo, a cultura de massa foi edificada, segundo Arendt (2001), enquanto movimento não para contemplação, mas como condição de ser consumida como qualquer outro produto fabricado; assim, a compreensão da autora sobre sociedade e cultura de massa é composta pelas propostas a partir do entendimento de uso e consumo. Por conseguinte, Arendt não considera o consumo e o uso na perspectiva de alienação, mas como movimentos distintos relacionados ao ciclo da vida e, respectivamente, a objetos fabricados. No caso do consumo, os objetos servem para garantir a sobrevivência, enquanto os objetos de uso são mais duráveis, pois se ocupam da construção do mundo e de sua permanência.

O artigo faz revisão bibliográfica sobre o tema a partir da perspectiva de Arendt em consonância com interlocutores e na perspectiva dialética para identificar outros contornos aos conceitos sobre uso e consumo como sendo pesquisa qualitativa. Para refletir sobre as relações de consumo e uso pela ótica arendtiana, o texto se apropria das considerações de Correia (2001), ao alegar que o consumo promove o isolamento (Correia, 2014) e o conformismo, que podem ser compreendidos, segundo Bortolotti (2019), como a fragmentação do espaço político e fortalecimento da sociedade e cultura de massa. Para complementar as posições adotadas, o texto se apropria das observações de Critelli (2008) e Andrade (2013), os quais, autores, apontam para a obediência promovida para a naturalização e normatização do consumo enquanto código moral ao privar os sujeitos de liberdade e mantê-los atrelados às questões de sobrevivência.

Metodologia

A proposta do artigo se baseia na revisão bibliográfica e no procedimento dialético para discorrer como a compreensão de Arendt sobre a diferença entre uso e consumo se torna particular dentro do universo das ciências humanas e que, inclusive, pode contribuir aos estudos da comunicação ao apresentar perspectivas pouco exploradas na área. Antes de apresentar as reflexões epistemológicas de Arendt sobre o tema, é importante pontuar a existência de outras perspectivas sobre o consumo e frisar que as contribuições de Arendt não permearam exclusivamente os processos de consumo, mas de fortalecer que o consumo e a sociedade de massa tornaram-se entidades importantes para a fragmentação de ação política.

Os estudos sobre consumo permeiam diversas áreas do conhecimento, principalmente dentro das perspectivas das ciências humanas e sociais. Como apontou McCracken (2015), as relações de consumo acompanham os processos simbólicos de construção da cultura. O autor considera que o consumo fundamentou a construção do Ocidente, ainda no século XV, enquanto porção identitária. Além disso, houve a caracterização da sociedade denominada como de consumo (Baudrillard, 1995) que, além de ser considerada em nível de igualdade da linguagem e da cultura, as relações de sociabilidade e comunicação são desenhadas a partir das trocas simbólicas desenvolvidas pelos hábitos de consumo. Assim, de acordo com o autor, o consumo não se apresenta apenas nas relações econômicas que envolvem questões financeiras, mas o consumo se mescla em movimentações culturais e sociais tornando-se presente no cotidiano da sociedade. “Chegamos ao ponto em que o consumo invade toda a vida, em que todas as atividades do mesmo modo combinatório, em que o canal de satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, climatizado, organizado, culturalizado” (Baudrillard, 1995, p. 19). O consumo também foi tema de interesse de Stuart Hall (2010) ao acreditar que o universo neoliberal apresentou mudanças no cenário político para aproximar as práticas de consumo às noções de cidadania, mas que, na verdade, essa proposta alargou ainda mais as desigualdades existentes. A proposta da pesquisa não é de esgotar as possibilidades de refletir sobre consumo e suas práticas. Por outro lado, é importante considerar que Arendt, em alguma medida, trouxe esses posicionamentos em diálogo com a filosofia política, mas que não foram estudadas no campo dos estudos da comunicação.

Enquanto os autores contemplam o consumo como manifestações culturais e de identidade, Hannah Arendt (2016) trilha caminhos particulares para definir consumo e uso ao estabelecer diferentes referências aos termos e o quanto que ambos conceitos estão distantes do exercício da ação política e contribuem para a edificação da sociedade e da cultura de massa, além disso, a autora distingue os conceitos e não os aborda nem como sinônimos. Antes de apresentar as reflexões de Arendt sobre consumo e uso, é importante ressaltar que as contribuições arendtianas, em grande medida, rompem com a tradição filosófica. Mesmo reconhecendo bases fenomenológicas em seus estudos, seus conceitos foram elaborados pelas experiências acerca da privação de liberdade e pela observação da fragmentação da ação política realizada por regimes totalitários na Europa ao estabelecer diálogos com filósofos clássicos gregos, como Aristóteles e Epicteto, e com estudiosos contemporâneos, como Martin Heidegger e Karl Jaspers. Arendt

(2016) reorganiza a noção de poder e questiona as considerações de Max Weber. A pensadora afirma que poder é uma demonstração de união e orquestração pública como sendo ação política, a despeito das diferenças existentes entre os indivíduos, e não considera o poder como sinônimo de força de coerção, como pensado por Weber, tampouco associado à demonstração de violência.

Arendt (1999) trouxe à tona a noção da banalidade do mal ao defender acreditar que a ocorrência do mal é sintoma de pessoas comuns que não promovem a ação política, e que não há necessariamente alguma origem certa para a ocorrência do mal, como pensou Immanuel Kant sobre o mal radical. As considerações sobre a banalidade do mal se basearam na observação e análise do comportamento de Adolf Eichmann, oficial nazista e responsável pela logística dos transportes na Alemanha que levou milhões de pessoas à morte no holocausto, durante o julgamento dele em 1960, em Israel. Para Arendt (1999), Eichmann não era um sujeito sanguinário ou extremamente violento como foi pensado pelas autoridades judias, mas alguém convencional e, até mesmo, medíocre. Assim, segundo a autora, o mal seria banal não pelas suas consequências, mas por ser fruto da ausência de reflexão política por parte das pessoas comuns. Os conceitos desenvolvidos por Arendt são construídos a partir da noção de política e de liberdade; e o entendimento dela sobre consumo e uso não foge à regra.

A ideia sobre ação política desenhada pela autora permeia a intenção de agir no espaço público enquanto condição de liberdade. A compreensão que Arendt desenvolve sobre a liberdade diz respeito a *raison d'être* (razão de ser) da ação política que, além de libertar das necessidades metabólicas da vida e das opressões a que a humanidade está sujeita, também, o é “[...] uma experiência política plural e pública [...] portanto, como uma recusa do individualismo liberal” (Dias, 2022, p. 217). Assim, a liberdade não está atrelada a escolhas referentes a questões individuais, tampouco se aproxima do entendimento liberal de liberdade enquanto práticas associadas ao capitalismo. Além disso, segundo Arendt (1998, 2016), a política está pareada à criação da pluralidade no espaço público, movimentação compartilhada como sendo processo de interação e de reinvenção do mundo. Dentro dessa dinâmica, a comunicação tem papel fundamental como método para estabelecer diálogo e como forma de compreender o mundo e, até mesmo, de perdoar. Sujeitos dotados de liberdade discutem sobre a melhor organização da *polis*, ou seja, o espaço em comum, como apresentado por Aristóteles. Para a autora, a liberdade é para ser livre (Arendt, 2018a) e, por isso, é concebida como ação política:

[...] para ser livre, o homem deve ter-se libertado das *necessidades* [...] A liberdade necessitava, além da mera libertação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um modo politicamente organizado, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos. [...] A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra com dois lados da mesma matéria. (Arendt, 2001, p. 194, grifo nosso)

O destaque à palavra *necessidades* acontece porque, segundo Arendt (2001), não é possível desenvolver a ação política alheia aos movimentos de liberdade e não as associar às questões metabólicas do sujeito como, por exemplo, as práticas de consumo. Para que se possa avançar na discussão, é importante considerar que Hannah Arendt apontou que a *vita activa*, também conhecida como vida ativa, ou seja a existência humana, é dividida em três partes: trabalho, obra¹ e ação².

Arendt (2021) considera que a vida não é aquilo a que os homens se dedicam, mas diz respeito a movimentações de representação, visibilidade e produtividade. Para a autora, a vida ativa “[...] depende do trabalho para produzir o que é necessário para manter o organismo humano vivo, depende da fabricação para criar o que é necessário para acolher o corpo humano e depende da ação para organizar a convivência de muitos seres humanos” (Arendt, 2021, p. 339).

A ação faz analogia ao espaço público para o exercício da política e “[...] ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade” (Arendt, 2016, p. 11). É pela ação política que sujeitos dotados de liberdade compartilham o espaço público com o propósito de oferecer soluções à *polis*. Amparada por reflexões aristotélicas, Arendt aponta que a ação política não tem finalidade, um propósito, salvo nela mesma. De acordo com a autora, é na ação política em que há o reconhecimento dos discursos, vivências e experiências que promovem a visibilidade aliada à liberdade, independente das coisas fabricadas.

Além da ação política, Arendt considerou que a vida ativa é também constituída pela fabricação do mundo, ou seja, a composição de artificialidade mundana para auxílio, permanência e preservação da vida. Essa é a condição do *homo faber*, do indivíduo que fabrica os objetos duráveis. De acordo com a autora, cabe ao *homo faber* apropriar-se dos recursos da natureza para a produção de objetos. É preciso, por exemplo, derrubar árvores para que sejam produzidas cadeiras e outros objetos, e este procedimento de transformação resulta, segundo Arendt (2016), na produção de uma obra e o sujeito responsável por essa atividade é considerado *homo faber*:

¹ O termo obra, empreendido por Hannah Arendt ao mencionar a *vita activa*, não faz alusão ao universo de obras de arte do ponto de vista artístico. O pensamento esteta de Arendt não é objeto de estudos deste artigo e suas contribuições sobre arte podem ser lidas em outros estudos (Arendt, 2021, 2008).

² As traduções para português, bem como em outras línguas e países, nunca foram unanimidades. Em Arendt (1983), a *vita activa* era compreendida como labor, trabalho e ação; na 13ª edição (Arendt, 2016) a tradução é trabalho, obra e ação. No livro Pensar sem corrimão (Arendt, 2021), os termos são trabalho, fabricação e ação. Adriano Correia (Arendt, 2016) explica as mudanças ocorrida pela necessidade de aproximação do sentido empreendido pela autora.

A obra é atividade correspondente à não-naturalidade [*unnaturalness*] da existência humana, que não está engastada no sempre-recorrente [*ever-recurrent*] ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. Dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas elas. A condição humana da obra é a mundanidade [*worldliness*]. (Arendt, 2016, p. 9)

Dentro dessa dinâmica, segundo Arendt, o *homo faber* é amo e Senhor ao mesmo tempo, uma vez que há a dependência da natureza para o exercício das suas atividades e a destruição da mesma para usufruir dos recursos naturais. Os objetos produzidos pelo *homo faber* são elaborados com o propósito de construir a artificialidade do mundo e prezam pela durabilidade quanto ao uso. Os produtos fabricados atendiam a algum aspecto de usabilidade para realizar alguma atividade específica, sem a necessidade de processamento do próprio objeto. Arendt (2016) exemplifica o tempo quanto ao uso e à fabricação de sapatos. Segundo a autora, um par de sapatos, mesmo que não seja utilizado ou passe pela deterioração devido ao avanço do tempo, ainda será um par de sapatos que tem algum propósito quanto à utilidade e, assim, é fabricado com a intenção de uso e apresenta durabilidade para tal.

Se por um lado, a artificialidade do mundo apresenta relevo significativo para compor a mundanidade, o trabalho se configura como práticas ligadas aos processos metabólicos dos sujeitos que estão ligados à necessidade. A figura do *homo faber* perde espaço para a presença do *animal laborans*, que reconhece em suas atividades laborais modos de pertencimento público e político. Destarte, segundo Arendt (2012, 2016), o trabalho está relacionado à reprodução da vida individual associada à manutenção da vida e da espécie enquanto entidade biológica. Por essa ótica, as atividades da produção do trabalho estão relacionadas com as questões metabólicas da vida, baseadas em ciclos que não são interrompidos, pois estão associados à manutenção da vida:

[...] os homens produzem as necessidades vitais que devem nutrir o processo vital do corpo humano. E, uma vez que esse processo vital, embora nos leve do nascimento à morte em uma progressão retílinea descendente, é circular, interminavelmente repetitivo, a própria atividade do trabalho devendo seguir o ciclo da vida, o movimento circular de nossas funções corporais, significa que, enquanto a vida durar, essa atividade nunca chegará ao fim. (Arendt, 2021, p. 343)

Como aponta Fernandez (2018), com base em Arendt, a Revolução Industrial abre precedente para a valorização do trabalho que visa a produção de bens para consumo, valorizando sobretudo as atividades laborais como ação política. Assim, para a autora, há a perpetuação do ciclo que se limita à vida metabólica como sendo destinada à própria existência e aos movimentos de consumo e trabalho:

[...] a Modernidade inverteu a hierarquia da vita activa com o triunfo da mera sobrevivência individual consumista, revestida no manto utilitarista da felicidade universal, ilusão inalcançável. Pela primeira vez na História, quase reduziu-se a atividade humana ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida, já que vige o retroalimentável trinômio: vida-trabalho-consumo. (Fernandez, 2018, s/p)

Para Arendt, o consumo, bem como as atividades de trabalho laborais, não oferece elementos para a composição da ação política e nem promove a liberdade. Para a autora, a liberdade apenas pode ser exercida fora das raias da necessidade e da dependência. Mesmo não sendo exatamente sinônimas, não é possível vislumbrar a liberdade apartada da ação política e “[...] portanto, não são coincidentes, porém, só se articulam quando existe mundo público” (Lafer, 2001, p. 21). Assim, Arendt não aproxima as práticas de consumo à ação política e, como consequência, as afastam da construção do mundo e do senso comum. Segundo a autora, senso comum diz respeito ao sentido que possa ser orquestrado no espaço público pela ação política e não se aproxima de considerações elaboradas pela edificação de estereótipos ou pensamentos refratários.

Resultados

De acordo com Arendt, o trabalho produz bens de consumo; estes, por sua vez, se esgotam ao fim do processo e geram os mesmos ciclos a partir da necessidade e da saciedade. Além disso, os mecanismos de sustentação dos processos de consumo e do trabalho, pela ótica arendtiana, são atravessados por condições produtivistas. O pensamento da autora não se aproxima do consumo enquanto movimento alienado, mas posiciona o debate em outros espaços por considerar que o consumo está associado à manutenção da vida e, na Modernidade, o excedente produzido é posto como atividade laboral e, ainda, considerado no mesmo nível de igualdade à ação política. Em outras palavras, quanto maior a quantidade e o exercício das atividades laborais, maior é o reconhecimento público do sujeito. Segundo a autora: “[...] trabalhar e consumir são apenas dois estágios do círculo sempre recorrente da vida biológica. Esses dois estágios do processo vital são tão próximos que quase se constituem um mesmo movimento, que, mal acaba, deve ser reiniciado outra vez” (Arendt, 2021, p. 345).

A despeito do trabalho e do consumo não serem considerados pertencentes à ação política, houve, a partir da Modernidade, pela visão de Arendt, a valorização destes e a ilusão de que esses elementos criam reconhecimento público e político. A autora considerou que “o homem moderno foi arremessado para dentro de si mesmo” (Arendt, 1983, p. 333), o que ocasionou demonstrações de egoísmo e o esfarelamento da ação política para a construção do espaço público, além do enfraquecimento da construção da artificialidade mundana para o desenvolvimento do consumo, uma vez que o trabalho não seria realizado para a criação

do mundo, mas enquanto forma de pertencimento público. Por essas características, Arendt afirmou a vitória do *animal laborans* a partir da Modernidade e o surgimento da sociedade de massa. Segundo Hannah Arendt, não apenas o trabalho foi reconhecido no espaço público em nível de igualdade semelhante à ação política, mas o consumo também alcançou tal patamar, uma vez que trabalho e consumo são processos inseparáveis.

Segundo a autora, a formação da sociedade de massa está associada à perda da individualidade dos sujeitos e a fragmentação do espaço público, o que provocam a atomização e isolamento entre pessoas. Bortolotti (2019) sinaliza que a formação da sociedade de massa e a vitória do *animal laborans* contribuem para impulsionar o consumo ao posicionar que os objetos produzidos fora do escopo do uso criam realidades calcadas nas práticas de consumo que objetivam saciar a necessidade e excluem a condição da construção do mundo. Em outras palavras, o consumo não promove a ação política de visibilidade e pluralidade. Para o autor “Sem o lugar no mundo e sem uma verdade comum, uma vez que a verdade se deslocou para o eu, a esfera pública deturpa-se, deixando de existir enquanto espaço de participação” (Bortolotti, 2019, p. 409).

Arendt (2001) se debruça para explicar que a cultura de massa se desenvolveu não apenas enquanto condição da sociedade de massa, mas como sendo apropriação dos bens culturais por movimentos de consumo. Ou seja, a atomização de sujeitos promove a individualização que, por consequência, desenvolve o consumo enquanto processo cíclico da manutenção da vida. Arendt se afasta do entendimento dialético entre alta cultura e baixa cultura e estabelece que a cultura perde o valor de contemplação não por conta do perfil do público que a produz ou a usufrui, mas devido à aderência enquanto processo vital da sociedade e a perda do referencial das artes. Para a autora, mesmo sendo produzidas para serem duráveis, a arte e a cultura não podem ser consideradas em mesmo nível de igualdade das atividades de trabalho ou de obra, e, sim, para contemplação, sem finalidade prévia. Assim:

A cultura de massas passa a existir quando a sociedade de massa se apodera dos objetos culturais, e o perigo é de que o processo vital da sociedade (que como todos os processos biológicos arrasta insaciavelmente tudo que é disponível para o ciclo do seu metabolismo) venha literalmente a consumir os objetos culturais, que os coma e destrua. (Arendt, 2001, p. 260)

Arendt considera que a cultura de massa passa a ser considerada para o consumo, assim como qualquer outro objeto produzido que tem a função de ser consumido e se esgotar. Para a autora, a arte tem seu valor ao atravessar o tempo, independentemente da condição em que foi criada, e a durabilidade não diz respeito à condição temporal, mas ao sentido atrelado ao objeto produzido como forma de contemplação. Destarte, Arendt considera que as artes não se encontram em patamares de igualdade ao uso ou ao consumo; a arte não tem finalidade, a não ser em si mesma. O surgimento da sociedade de massa, para Arendt, ocorre quando a arte e a cultura passam a ser monopolizadas em função de objetivos próprios para promover *status* e distinção entre as classes. Além disso, a sociedade de massa interpreta a cultura e as artes como objetos de consumo e, assim, os produtos elaborados como este propósito tornam-se objeto de entretenimento e diversão. A autora não critica exatamente os movimentos de descanso e distração, até porque o lazer exerce fundamental importância na vida, entretanto, Arendt pontua o quanto que a cultura e a arte estão a serviço das condições metabólicas da vida e são produzidas para o consumo no intervalo de produção laboral:

Os produtos necessários à diversão servem ao processo vital da sociedade, ainda que possam não ser tão necessários para sua vida como o pão e a carne. Servem, como reza a frase, para passar o tempo, e o tempo vago que é “matado” não é tempo de lazer, estritamente falando – isto é, um tempo em que estejamos libertos de todos os cuidados e atividades requeridos pelo processo vital e livre, portanto para o mundo e sua cultura –, ele é antes um tempo de sobra, que sobrou depois que o trabalho e o sono receberam seu quinhão. [...] O divertimento, assim como o trabalho e o sono, constitui, irrevogavelmente, parte do processo vital biológico. E a vida biológica constitui sempre, seja trabalhando ou em repouso, seja empenhada no consumo ou na recepção passiva do divertimento, um metabolismo que se alimenta de coisas devorando-as. As mercadorias que a indústria de divertimentos proporciona não são “coisas”, objetos culturais cuja excelência é medida por sua capacidade de suportar o processo vital e de se tornarem pertences permanentes do mundo [...] elas tampouco são valores que existem para serem usados e trocados; são bens de consumo, destinados a se consumirem no uso, exatamente como quaisquer bens de consumo. (Arendt, 2001, p. 257-258)

Pela perspectiva da autora, a indústria de entretenimento apresenta “apetites pantagruélicos” (Arendt, 2001, p. 259) e faz com que haja surgimento constante de novas mercadorias para atender aos processos de consumo que, segundo Arendt, deve ser de consumo rápido e fácil. De acordo com Correia (2001), a formação da sociedade de massa apaga as especificidades de cada sujeito e esse movimento anula as identidades deixando apenas o fato de pertencerem à mesma espécie biológica e dotada de funções metabólicas como o ponto em comum entre os homens. Ainda na esteira do pensamento do autor, este olhar sobre a sociedade de massa cria movimentos de isolamento e conformismo. Isto é, o consumo não apresenta aderência ao desenvolvimento da ação política e, por isso, provoca o isolamento e o conformismo naturaliza e normatiza o consumo e as atividades do *animal laborans* como universais enquanto códigos morais vigentes. Para Andrade (2013), ao promover o conformismo pelo consumo, a vida humana se priva da liberdade de criação, uma vez que a necessidade e o conformismo privam os sujeitos da participação política e das formas de representação e visibilidade. A deterioração da ação política ocasiona a apatia em relação às questões políticas e fomenta movimentos individualistas e o consumo é um deles:

[...] necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam, já não podemos nos permitir usá-las, respeitar e preservar sua inherente durabilidade; temos de consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossa mobília, nossos carros, como se estes fossem as “coisas boas” da natureza que se deteriorariam inaproveitadas se não fossem arrastadas rapidamente para o ciclo interminável do metabolismo do homem com a natureza. (Arendt, 2016, p. 155)

Por esse caminho, o consumo e o trabalho, por serem movimentos que não se encerraram ao término do processo, há a busca renitente para a sobrevivência pelos moldes da condição produtivista, alongam os desejos e as necessidades e são considerados faces da mesma moeda.

Discussão

A fabricação que contempla apenas o consumo, pela perspectiva de Arendt, não apenas foi estruturada para não ter durabilidade, mas também para exceder, ou seja, é destinada para alimentar os sistemas produtivos que objetiva não mais a instrumentalização do mundo, mas tem como proposta o exercício de consumo e, atrelado a esse movimento, não pode ser considerado ação política. Arendt considera que o desenvolvimento da riqueza ocorre pelo incentivo aos processos vitais de existência e a exploração da condição de sujeitos. Segundo a autora, o “[...] processo de riqueza, tal como o conhecemos, estimulado pelo processo vital e, por sua vez, estimulando a vida humana, é possível somente se o mundo e a própria mundanidade do homem forem sacrificados” (Arendt, 2016, p. 317).

Para Souza (2021), pelo sistema capitalista, é fundamental a produção excedente porque este tipo de produção perde o valor político ou da construção da artificialidade do mundo e a alta produtividade engendra a sociedade de consumo e traz referências para o entendimento também da formação da sociedade de massa. Segundo o autor, o consumo:

[...] se restringe aos meios, à utilidade imediata e às coisas desprovidas de valor em si, já que tal valor é aquilatado a partir dos fins atribuídos às coisas e a partir da abundância que possam vir a gerar. Contudo, é o ideal de abundância, que ignora o valor das coisas e as vê apenas como algo a ser utilizado e consumido [...] o mundo, para Arendt, não é uma totalidade de objetos, nem uma totalidade de fatos, e sim um artefato humano produzido pelo trabalho de seres humanos. (Souza, 2021, p. 203)

Como aponta Critelli (2008), mesmo reconhecendo o consumo como parte da vida ativa de qualquer sujeito que habita a Terra, pela perspectiva de Arendt, não contribui para o engrandecimento do espaço público e, dentro da moral capitalista, o trabalho e o consumo contribuem para a consolidação da sociedade da massa e da obediência. Segundo Critelli (2008), a sociedade de massa é resultado da individualização, do liberalismo e da obediência. Para a autora, a individualização ocorre na fragmentação da ação política, algo semelhante ao processo que promove a vitória do *animal laborans*, idealizada por Arendt, ao acreditar no trabalho como pertencimento público cujos resultados dizem respeito ao ciclo da vida. Quanto ao liberalismo, uma das faces do capitalismo, a autora considera que a produção de riqueza se torna uma condição moral que provoca o isolamento e egoísmo e que acomete o homem na Modernidade. Destarte, a obediência, para Critelli, ocorre justamente por ser um processo sem término, uma vez que não há alternativas para o fim do processo, além de não promover a liberdade.

Assim, em discursos e práticas contemporâneos, Critelli (2008) menciona o quanto o consumo é praticado que objetiva à promoção de felicidade e pertencimento político na sociedade de massa. Arendt (2016, 1983) critica o entendimento utilitário e pragmático da felicidade enquanto operação realizada entre o balanço das angústias e do bem-estar, sendo que este deveria apresentar saldo mais favorável. Para a Arendt (2018b), a felicidade se realiza a partir da participação pública enquanto ação política, em que e não são levados em consideração aspectos de ordem privada ou qualquer movimento que fomente a necessidade ou estabeleça diferenciações entre sujeitos no espaço público. Destarte, felicidade e consumo, para Arendt, são elementos que pertencem a grandezas distintas; enquanto a felicidade é uma condição política, o consumo se restringe aos movimentos de saciedade. Como apresenta Critelli (2008, p. 482), a saciedade compreende o trabalho e não a ação política.

A saciedade corresponde à satisfação de desejos, apetites, necessidades, caprichos, objetivos. E é o corpo, sobretudo, que se sacia: satisfaz sua sede, fome, desejo sexual, frio, calor, reconhecimento, companhia. Através do ‘consumo’ do alimento, da água, do calor, do corpo do outro. O corpo consome sorvendo, ingerindo. Destroi o que consome para reconstruir/satisfazer a si mesmo. É um processo inesgotável que, como tal processo, constitui o movimento específico da vida biológica, seu mecanismo principal.

Pelas considerações da autora, o trabalho e o consumo não promovem a liberdade. Como aponta Correia, é importante considerar que o trabalho tenha relevância na vida dos sujeitos, mas o quanto se tornou presença inquestionável na *vita activa* como fator essencial para a existência humana:

O problema não reside no fato de que a atividade do trabalho efetivamente se confunde com a dinâmica do estar vivo, mas em sua predominância sobre todas as atividades da vida activa, impondo a elas a mentalidade e o modelo do consumo paradoxalmente extraído do ciclo biológico da espécie como modo de vida. (Correia, 2014, p. 67)

Segundo Correia, a formação da sociedade de massa concebe o consumo como moral vigente na contemporaneidade e como instrumentalização para promovê-lo como signo da ação política, assim como foi

pensado por Arendt. Por caminhos semelhantes, Bauman (2008) considera que as práticas de consumo não apenas estruturam as relações comerciais, mas também outras relações sociais e também a constituição de subjetividades que, de acordo com autor, é compreendida como uma mercadoria vendável.

O pensamento de Bauman (2008) não se afasta das considerações de Arendt sobre o consumo ao conceber que este se torna uma condição moral contemporânea que estrutura até mesmo a subjetividade. A partir do momento que as ações apresentam finalidades alheias ao espaço político, para Arendt, não se enquadram enquanto ações políticas e podem ser consideradas de cunho metabólico ou social. As observações de Bauman, principalmente sobre a subjetividade, consolidam o pensamento de Arendt acerca da vitória do *animal laborans* e de seus comportamentos que não artificializam o mundo e também não realizam a ação política.

As considerações de Hannah Arendt sobre consumo e uso não podem ser compreendidas enquanto sinônimos e se diferenciam de acordo com seus propósitos e processos de produção. Para a autora, o consumo está atrelado ao movimento cíclico da vida humana para a manutenção da espécie, e ao findar o processo de produção e de utilização do produto finalizado, outro ciclo se inicia. Além disso, segundo Arendt, o consumo também diz respeito à condição mais elementar da vida ativa pela natureza do seu espectro.

Conclusões

A partir das considerações analisadas, de acordo com Arendt, a condição da vita activa que contempla o consumo é denominada pela autora como sendo a do *animal laborans*, categoria em que se encontram os propósitos da vida como sendo metabólicos e rotineiros da condição humana. Na condição de condição de *animal laborans*, não é possível promover a ação política por que esta não é realizada a partir da liberdade e da visibilidade pública, além disso, o resultado do desempenho do *animal laborans* resulta na edificação do consumo e que, em grande medida, fomenta o desenvolvimento da sociedade de massa. Assim, a sociedade de massa surge enquanto movimentação de grupos que perdem o sentido político e percebem no consumo uma maneira de visibilidade pública e, por isso, que, de acordo com Arendt, a cultura de massa é produzida com o objetivo de ser apenas consumida. Por conta dessa condição que o consumo não se qualifica como sendo ação política e se limita à permanência da vida enquanto existência metabólica.

Por outro lado, o uso está relacionado à durabilidade dos elementos produzidos pela atuação do *homo faber*. Enquanto os produtos fabricados que visam ao consumo deixam de existir ao término do ciclo, dentro do processo de uso há maior durabilidade e funcionalidade do objeto produzido. Não obstante, a produção que tem como objetivo o uso, segundo Arendt, foi desenvolvida para criar a artificialidade do mundo, construir o mundo enquanto espaço habitável.

Arendt, ao desenvolver seus conceitos, estabelece relações a partir de suas reflexões sobre política e, ao estudar sobre os conceitos de uso e consumo, a autora permanece com este entendimento. De acordo com a autora, a ação política é a condição de sujeitos de participar do espaço público gozando de liberdade e que a partir da comunicação e visibilidade conseguem promover o diálogo e a compreensão entre seus pares. Enquanto a política está envolvida com as ações no espaço público, o consumo e o uso estão atrelados às questões privadas e sociais, respectivamente. Mesmo reconhecendo a importância de todas as esferas que na composição da *vita activa*, Arendt (2016) pontua que nem o consumo nem o uso poderiam ser considerados ações políticas, uma vez que não promovem a visibilidade e o reconhecimento público.

As considerações de Arendt podem ser enriquecedoras aos estudos da comunicação por oferecer outros caminhos para reflexões sobre consumo. O entendimento dela perpassa por conceitos que são alheios ao entendimento de política enquanto pertencimento público e político, mas enquanto movimentos que proporcionar a atomização de sujeitos no espaço público pelo advento da formação da cultura e da sociedade de massa.

Como apresentado por Arendt (2001), o desenvolvimento da cultura de massa ocorreu não apenas pelo surgimento da sociedade de massa, mas por conta da forma de compreender que a cultura poderia ser consumida e não mais contemplada, uma vez que a sociedade contemporânea se torna atomizada e enfraquecida para a constituição da ação política. Em outras palavras, Arendt reconhece que o consumo da cultura se tornou apenas intervalos do trabalho na vida de sujeitos. Para elucidar de modo mais claro esse panorama é, por exemplo, a edificação de conglomerados de entretenimento e diversão que atualmente se expandem em plataformas de streamings. Destarte, a proposta de Arendt não é apenas a de verificar quais produtos ou serviços podem ser associados ao uso ou ao consumo. Para a autora, tem maior relevância compreender os processos de fabricação dos produtos enquanto construção ou esvaziamento do mundo, bem como compreender que se o objeto produzido é fruto da obediência ou da artificialização mundana.

Bibliografia

- Andrade, F. R. (2013). Conformismo e consumo à luz de Hannah Arendt: na ótica dos elementos totalitários. *Dissertatio*, 38, 217-245.
- Arendt, H. (2001). *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva.
- Arendt, H. (2008). *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Companhia das Letras/ Editora UFMG.
- Arendt, H. (2021). *Pensar sem corrimão*. Bazar do tempo.
- Arendt, H. (2018a). *Liberdade para ser livre*. Bazar do Tempo.
- Arendt, H. (2018b). *Ação e a busca da felicidade*. Bazar do Tempo.
- Arendt, H. (2013). *Origens do totalitarismo*. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras.

- Arendt, H. (2016). *A condição humana*. 13ª ed. São Paulo: Forense Universitária.
- Arendt, H. (1983). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (1998). *O que é política*. Bertrand Brasil.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Zahar.
- Bortolotti, R. G. (2019). O consumo como princípio de realidade: a hegemonia do animal laborans na sociedade atual a partir de uma perspectiva arendtiana. *Saeculum – Revista de História*, 40, 402-422.
- Critelli, D. (2008). Consumo e obediência: a desarticulação da liberdade. *Psicologia USP*, 19 (4), 477-485.
- Correia, A. (2014). *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa de uma fronteira*. Forense Universitária.
- Correia, A. (2001). Prefácio: O desafio moderno: Hannah Arendt e a sociedade de consumo. In N. Bignotto; E. Jardim de Moraes. (Eds.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias* (pp. 227-245). Ed. UFMG.
- Dias, L. B. (2022). Liberdade. In A. Correia; A. Glauton Varela Rocha; M. Cristina Müller; O. Alves Aguiar. *Dicionário Hannah Arendt* (pp.213-222). Edições 70.
- Fernandez, M. A. C. (2018). A formação de uma sociedade de trabalhadores-consumidores e a vitória do animal laborans: reflexões. *Revista Jus Navigandi*, 5331. <https://jus.com.br/artigos/63491/a-formacao-de-uma-sociedade-de-trabalhadores-consumidores-e-a-vitoria-do-animal-laborans-reflexoes>.
- Lafer, C. (2001). Da dignidade da política: sobre Hannah Arendt. In H. Arendt. *Entre o passado e o futuro* (pp. 9-27). Editora Perspectiva.
- McCracken, G. (2015). *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Mauad,
- Souza, R. L. de (2021). *Hannah Arendt: política e totalitarismo*. Ideias & Letra.

Muriel Emídio Pessoa do Amaral. Professor colaborador do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), doutorado sanduíche em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro/Portugal. <https://orcid.org/0000-0003-3069-6697>